

HABEAS CORPUS Nº 515.482 - AM (2019/0168295-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADA : FLAVIA LOPES DE OLIVEIRA - AM004382
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : CARLOS CEZAR FERREIRA DE MOURA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de **CARLOS CEZAR FERREIRA DE MOURA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi impronunciado por ausência de indícios suficientes de autoria (fls. 44-45).

Irresignado, o d. Ministério Público estadual interpôs recurso de apelação, o qual foi **provido**, nos termos da ementa abaixo (fls. 65-72):

"APELAÇÃO CRIMINAL - RECURSO MINISTERIAL - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO CONSUMADO - APELADO FOI IMPRONUNCIADO - PRETENDIDA A PRONÚNCIA - IN DUBIO PRO SOCIETATE - PRESENTES INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DE MATERIALIDADE - NECESSÁRIA A SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA - ART. 155, DO CPP - INAPLICÁVEL À PRONÚNCIA, POR SER APENAS JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - REFORMA DO DECISUM - RECURSO PROVIDO.

- A decisão de pronúncia encerra apenas o juízo de admissibilidade, e lastreia-se em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, afigurando-se preponderante o 'in dubio pro societate';

- A jurisprudência admite que os indícios de autoria sejam provenientes das provas obtidas durante a fase inquisitorial, pois não cabe ao magistrado, nessa fase processual, emitir juízo de certeza."

No bojo do v. acórdão, foi consignado (fl. 68): *"Desse modo, da*

leitura dos autos, tenho que o que consta do inquérito policial é suficiente para que o Recorrido Carlos Cézar seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Povo, mesmo que as testemunhas não tenham comparecido em Juízo, tendo em vista que, nessa fase processual, como já dito, não é necessária a presença de provas concretas e conclusivas de autoria, mas apenas indícios" (grifei).

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa sustenta, em síntese, que o art. 155 do CPP deve ser aplicado à fase de pronúncia.

Destaca a r. decisão de 1º Grau, que assentou a ausência de indícios de que o paciente poderia ser autor dos fatos, em especial, pela ausência de oitiva de testemunhas na fase processual.

Aduz ofensa ao "informativo" n. 638/STJ: "*Não se admite a pronúncia de acusado fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial*".

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem para "*reconhecendo-se a ofensa a autoridade das decisões da QUINTA E SEXTA TURMAS DO C. STJ, além da ilegalidade do acórdão prolatado pelo TJAM, para o fim de suspender o processo até julgamento final do writ. Ao final, concedida ou não a liminar, seja CONCEDIDA A ORDEM DE HABEAS CORPUS, declarando-se a ilegalidade do acórdão impugnado, cassando-se em definitivo a decisão proferida pela Segunda Câmara Criminal do TJAM, e assim, reconhecendo-se a necessidade de aplicação do princípio IN DUBIO PRO REO na hipótese de inexistência de provas produzidas sob o contraditório judicial, afastando-se a ilegalidade da fundamentação de pronúncia baseada única e exclusivamente em elementos informativos*" (fl. 17).

É o relatório.

Decido.

Primeiramente, em relação ao "informativo" n. 638/STJ, aqui o trecho pertinente: "*Cinge-se a controvérsia a saber sobre a possibilidade de o juízo de pronúncia admitir os elementos de prova colhidos no inquérito*

*policia*l que demonstram indícios de autoria do crime doloso contra a vida, ainda que de maneira tênue, sob pena de contrariar as disposições do art. 413 do CPP, bem como o princípio do in dubio pro societate. **Inicialmente, convém assinalar que não se descarta que há no âmbito do STJ julgados no sentido de admitir a pronúncia do acusado com base em indícios derivados do inquérito policial, sem que isso represente afronta ao art. 155 do CPP: AgRg no AREsp 978.285/SP, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 13/06/2017, DJe 21/06/2017; e HC 435.977/RS, Rel. Min. Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 24/5/2018.** No caso dos autos, porém, o Tribunal local manteve a decisão que despronunciou o réu tendo em vista ser a prova dos autos um único depoimento extrajudicial, o qual não foi confirmado na fase processual, e a confissão qualificada em juízo do corréu. Desse modo, nota-se a ausência de indícios de autoria delitiva (art. 413 do CPP) submetidos ao devido processo legal. Portanto, carece de judicialização a prova a apontar os indícios de autoria delitiva. Importa registrar que a prova produzida extrajudicialmente é elemento cognitivo destituído do devido processo legal, princípio garantidor das liberdades públicas e limitador do arbítrio estatal. Assentir com entendimento contrário implicaria considerar suficiente a existência de prova inquisitorial para submeter o réu ao Tribunal do Júri sem que se precisasse, em última análise, de nenhum elemento de prova a ser produzido judicialmente. Ou seja, significaria inverter a ordem de relevância das fases da persecução penal, conferindo maior juridicidade a um procedimento administrativo realizado sem as garantias do devido processo legal em detrimento do processo penal, o qual é regido por princípios democráticos e por garantias fundamentais. Assim, **não se pode admitir, em um Estado Democrático de Direito, a pronúncia sem qualquer lastro probatório colhido sob o contraditório judicial, fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial,** mormente quando essa prova está isolada nos autos. (REsp 1591768/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe 18/06/2018)" (grifei).

Corroborando:

"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Na sentença de pronúncia, a instância ordinária deve se limitar a apontar dados dos autos aptos a demonstrar a existência de prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria, em estrita observância ao disposto no art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal, sem emitir qualquer juízo de valor.

3. Conforme se verifica no acórdão impugnado, não houve violação do art. 155 do CPP, pois a pronúncia do paciente pelo cometimento do crime de homicídio tentado **foi fundamentada nos depoimentos das testemunhas e demais provas judicializadas carreadas aos autos**. Ademais, a sentença de pronúncia tem cunho declaratório e finaliza mero juízo de admissibilidade, não comportando exame aprofundado de provas ou juízo meritório. Deve, portanto, o juiz apenas verificar a existência nos autos de indícios de autoria e materialidade, conforme mandamento do artigo 413 do CPP, o que foi adequadamente realizado na hipótese dos autos.

4. Habeas corpus não conhecido." (HC 435.955/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 13/11/2018, grifei).

"RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTO INFORMATIVO COLHIDO NA FASE PRÉ-PROCESSUAL. NÃO CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. A teor do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal, deve o recorrente desenvolver, de forma lógica e com um mínimo de profundidade, as razões jurídicas pelas quais entende haver a Corte de origem ofendido o dispositivo de lei federal a que faz menção em seu apelo extremo, sob pena de, caso descumprido esse requisito imprescindível, não ver conhecido o seu recurso especial.

2. A decisão de pronúncia é um mero juízo de

admissibilidade da acusação, não sendo exigido, neste momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.

3. Muito embora a análise aprofundada dos elementos probatórios seja feita somente pelo Tribunal Popular, não se pode admitir, em um Estado Democrático de Direito, a pronúncia sem qualquer lastro probatório colhido sob o contraditório judicial, fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial, mormente quando essa prova está isolada nos autos, como na hipótese, em que há apenas os depoimentos da vítima e de sua mãe, colhidos no inquérito e não confirmados em juízo.

4. O Tribunal de origem, ao despronunciar o ora recorrido, asseverou que não há prova judicializada suficiente para fins de pronúncia, razão pela qual, consoante o enunciado na Súmula n. 7 do STJ, torna-se inviável, em recurso especial, a revisão desse entendimento, para reconhecer a existência de elementos de prova bastante aptos a autorizar a submissão do recorrido a julgamento perante o Tribunal do Júri.

5. Recurso especial não conhecido." (REsp 1591768/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 18/06/2018, grifei)

Por este motivo, concedo o pedido liminar, até julgamento final neste writ, para tão somente suspender o processo de origem, cuja pronúncia, prima facie, não se pautou em elementos judicializados. Intimem-se a autoridade coatora e o d. Juízo a quo.

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

